

CAMINHO LEGISLAÇÃO QUE VAI BENEFICIAR MAIS DE 10 MIL PESSOAS NA CAPITAL DO ESTADO AVANÇA EM BRASÍLIA

Bairros ficam livres da taxa de marinha em Vitória

Medida que isenta moradores do interior da ilha já foi aprovada pelo Senado

KENIA AMARAL

Parte dos bairros Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Morro do Quadro, Morro da Fonte Grande e Cidade Alta - todos em Vitória - estão prestes a ficar livres da taxa de marinha.

É que o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15/2004, que exclui dos bens da União o domínio sobre as ilhas costeiras que contêm a sede do município. Isso inclui Vitória, São Luís, no Maranhão, e Florianópolis, em Santa Catarina.

Se for aprovada em segundo turno - na próxima semana -, mais de 10 mil capixabas serão beneficiados. Pelo menos 600 deles estão localizados nas ilhas do Boi e do Frade, segundo o gerente regional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Edmar Fraga.

Ele explica que esses bairros podem ser contemplados porque não estão em aterros, mas sim no interior da ilha. De acordo com Fraga, a aprovação da PEC nº 15, do deputado federal, Edson Andrino, de Santa Catarina, não exclui dos domínios da União os acréscimos de



SEGUNDA. Medida que acaba com a taxa para quem mora no interior da ilha precisa ser aprovada em segunda chamada. FOTO: CHICO GUEDES

te dos contribuintes.

“Onde for interior de ilha deixará de pagar taxa de marinha. Mas, na verdade, muitos desses locais são áreas carentes, onde a população já é isenta da cobrança. Os lugares mais beneficiados devem ser a Ilha do Frade e a Ilha do Boi, onde uns 500, 600 lotes devem ser atingidos. Lá não existe aterro e, com a aprovação da PEC, serão contados 33 metros da linha do mar para dentro para saber quem continuará pagando a taxa”, explica.

O gerente esclarece ainda que um mesmo lote poderá ter a metade situada em ter-

fora da faixa. Caso isso aconteça, o pagamento do imposto será proporcional à área localizada em território federal. Assim, se um lote de 300 metros quadrados tiver 150 metros quadrados inseridos em território federal, o proprietário pagará apenas a metade do imposto.

Embora precise conhecer a geografia de todos os lugares onde a taxa de marinha é cobrada, Edmar Fraga diz que ainda não há um mapa contendo os bairros que, no passado, foram ilhas e, portanto, podem ficar livres da taxa com a aprovação da PEC. Os

ram apenas alguns dos locais que o gerente se lembrou.

Votação. O senador Gerson Camata, que acompanhou de perto as articulações para a votação da PEC nº 15, conta que, dos 60 parlamentares presentes na sessão, 59 votaram a favor da proposta. Não houve votos contra, já que o presidente não participa do pleito.

O próximo passo, segundo ele, é tentar colocar em pauta o projeto do então senador Paulo Hartung, que retira da União os terrenos de marinha e os entrega aos municípios. Isso beneficiaria mais

PROJETOS

■ **Polêmica.** A cobrança da taxa de marinha é considerada tão abusiva que vários parlamentares já fizeram projetos de lei, Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), emitir Medidas Provisórias (MP), tudo com o objetivo de mudar uma lei do tempo do Império.

■ **Lista.** Só no Congresso, por exemplo, existem pelo menos 30 propostas de parlamentares. Muitas estão até paralisadas, enquanto outras, caminham a passos lentos para a votação.

■ **Objetivos.** Os projetos visam o fim da taxa, a redução da tarifa, a atualização da legislação e a revisão da linha de preamar média, instituída em 1831.

■ **Doação.** Entre as propostas está a do senador Gerson Camata, que autoriza o Governo federal a doar os terrenos de marinha para os municípios de Vitória e Vila Velha.

■ **Cessão.** O governador Paulo Hartung, no período em que foi senador, também propôs uma PEC que dá fim à taxa. O texto defende a doação dos terrenos de marinha, por parte da União, aos municípios. Depois da PEC nº 15, essa deverá ser a próxima a ser votada no Senado.

BAIROS

■ **Locais.** Falta pouco para que moradores dos bairros Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Morro do Quadro, Morro da Fonte Grande e Cidade Alta fiquem livres da taxa com a aprovação da PEC nº 15 em segundo turno.

Técnicos da SPU estão no Estado

Já estão no Espírito Santo dois dos seis técnicos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que farão parte da força-tarefa criada para analisar e responder os 3 mil processos de pedidos de aforamento. Um profissional é de Brasília e o outro é do Piauí. Eles estão elaborando um cronograma de trabalho para atender a demanda dentro de 100 dias, juntamente com a equipe capixaba. Os demais técnicos da SPU deverão chegar até a primeira quinzena de março.

Bairros ficam livres da taxa de marinha em Vitória

Medida que isenta moradores do interior da ilha já foi aprovada pelo Senado

KENIA AMARAL

Parte dos bairros Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Morro do Quadro, Morro da Fonte Grande e Cidade Alta – todos em Vitória – estão prestes a ficar livres da taxa de marinha.

É que o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15/2004, que exclui dos bens da União o domínio sobre as ilhas costeiras que contêm a sede do município. Isso inclui Vitória, São Luís, no Maranhão, e Florianópolis, em Santa Catarina.

Se for aprovada em segundo turno – na próxima semana –, mais de 10 mil capixabas serão beneficiados. Pelo menos 600 deles estão localizados nas ilhas do Boi e do Frade, segundo o gerente regional da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Edmar Fraga.

Ele explica que esses bairros podem ser contemplados porque não estão em aterros, mas sim no interior da ilha. De acordo com Fraga, a aprovação da PEC nº 15, do deputado federal, Edson Andrino, de Santa Catarina, não exclui dos domínios da União os acrescidos de marinha, onde está grande par-



SEGUNDA. Medida que acaba com a taxa para quem mora no interior da ilha precisa ser aprovada em segunda chamada. FOTO: CHICO GUEDES

te dos contribuintes.

“Onde for interior de ilha deixará de pagar taxa de marinha. Mas, na verdade, muitos desses locais são áreas carentes, onde a população já é isenta da cobrança. Os lugares mais beneficiados devem ser a Ilha do Frade e a Ilha do Boi, onde uns 500, 600 lotes devem ser atingidos. Lá não existe aterro e, com a aprovação da PEC, serão contados 33 metros da linha do mar para dentro para saber quem continuará pagando a taxa”, explica.

O gerente esclarece ainda que um mesmo lote poderá ter a metade situada em terrenos da União e o restante

fora da faixa. Caso isso aconteça, o pagamento do imposto será proporcional à área localizada em território federal. Assim, se um lote de 300 metros quadrados tiver 150 metros quadrados inseridos em território federal, o proprietário pagará apenas a metade do imposto.

Embora precise conhecer a geografia de todos os lugares onde a taxa de marinha é cobrada, Edmar Fraga diz que ainda não há um mapa contendo os bairros que, no passado, foram ilhas e, portanto, podem ficar livres da taxa com a aprovação da PEC. Os exemplos citados por ele fo-

ram apenas alguns dos locais que o gerente se lembrou.

Votação. O senador Gerson Camata, que acompanhou de perto as articulações para a votação da PEC nº 15, conta que, dos 60 parlamentares presentes na sessão, 59 votaram a favor da proposta. Não houve votos contra, já que o presidente não participa do pleito.

O próximo passo, segundo ele, é tentar colocar em pauta o projeto do então senador Paulo Hartung, que retira da União os terrenos de marinha e os entrega aos municípios. Isso beneficiaria mais contribuintes.

Técnicos da SPU estão no Estado

Já estão no Espírito Santo dois dos seis técnicos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que farão parte da força-tarefa criada para analisar e responder os 3 mil processos de pedidos de aforamento. Um profissional é de Brasília e o outro é do Piauí. Eles estão elaborando um cronograma de trabalho para atender a demanda dentro de 100 dias, juntamente com a equipe capixaba. Os demais técnicos da SPU deverão chegar até a primeira quinzena de março.

PROJETOS

■ **Polêmica.** A cobrança da taxa de marinha é considerada tão abusiva que vários parlamentares já fizeram projetos de lei, Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), emitiram Medidas Provisórias (MP), tudo com o objetivo de mudar uma lei do tempo do Império.

■ **Lista.** Só no Congresso, por exemplo, existem pelo menos 30 propostas de parlamentares. Muitas estão até paralisadas, enquanto outras, caminham a passos lentos para a votação.

■ **Objetivos.** Os projetos visam o fim da taxa, a redução da tarifa, a atualização da legislação e a revisão da linha de preamar média, instituída em 1831.

■ **Doação.** Entre as propostas está a do senador Gerson Camata, que autoriza o Governo federal a doar os terrenos de marinha para os municípios de Vitória e Vila Velha.

■ **Cessão.** O governador Paulo Hartung, no período em que foi senador, também propôs uma PEC que dá fim à taxa. O texto defende a doação dos terrenos de marinha, por parte da União, aos municípios. Depois da PEC nº 15, essa deverá ser a próxima a ser votada no Senado.

BAIRROS

■ **Locais.** Falta pouco para que moradores dos bairros Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Morro do Quadro, Morro da Fonte Grande e Cidade Alta fiquem livres da taxa com a aprovação da PEC nº 15 em segundo turno.